



Federação

Estados gastam R\$ 52 bi com órgãos de Justiça; maior parte é com salários

— Despesa dos governos com o sistema que inclui Ministério Público e Defensoria Pública supera investimentos em áreas como a agricultura, habitação, saneamento e segurança

DANIEL WETERMAN
BRASILIA

No Maranhão, um juiz pode ganhar mais de R\$ 70 mil em um único mês. No Paraná, os salários dos magistrados consomem quase o dobro do salário de profissionais da saúde no orçamento do Estado. Em Rondônia, as instituições de Justiça foram beneficiadas com aumento de verbas enquanto o governo zerou o orçamento da área de trabalho.

Esses casos exemplificam como os Estados gastam o dinheiro do contribuinte para manter os sistemas de Justiça. Estudo da plataforma Justa, que analisa os dados de tribunais, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, mostra que os Estados consomem até 12,5% do orçamento para pagar as contas das instituições ligadas ao Judiciário local. Esse percentual é bem superior ao da União, que gasta 1% do Orçamento com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública federal.

“Temos um custo exacerbado com o sistema de Justiça que precisa ser revisto”

Luciana Zaffalon
Diretora executiva da plataforma Justa

Em 2022, foram gastos R\$ 52,4 bilhões pelas instituições de Justiça em 12 Estados avaliados pelo estudo. Boa parte desse dinheiro foi para pagar salários. De cada R\$ 100 destinados ao sistema de Justiça nos Estados, R\$ 71 foram para bancar a remuneração de juízes, procuradores e defensores. O estudo considerou os gastos de 12 Estados, que representam 70% dos orçamentos estaduais do País — entre eles São Paulo, Rio, Minas, Bahia, Paraná e Maranhão —, em 2022, período mais recente com dados disponíveis.

CAMPEÃO. O Maranhão foi o Estado que mais gastou com as instituições de Justiça em 2022, proporcionalmente ao orçamento total. Foram R\$ 2,8 bilhões com Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defen-

soria Pública, o que representa 12,5% de tudo que foi desembolsado pelo governo estadual. Enquanto o orçamento do Estado cresceu 13% entre 2021 e 2022, o das instituições de Justiça aumentou 50%.

Só as despesas com o Tribunal de Justiça (R\$ 2 bilhões) superam tudo que o Estado gastou com transporte, assistência social, saneamento, cultura, gestão ambiental, trabalho, comércio e serviços, indústria, organização agrária e habitação. O valor também é maior do que o gasto com as polícias Militar e Civil (R\$ 1,7 bi) e é três vezes maior que o gasto das três instituições de ensino superior do Maranhão.

No mesmo ano em que liderou os gastos com o sistema de Justiça, o Maranhão foi o Estado que menos investiu em segurança pública em proporção à população. Em 2022, foram R\$ 2 bilhões para a área de segurança, o equivalente a R\$ 288 por habitante, enquanto outros Estados gastaram, em média, R\$ 593 por habitante, de acordo o Tesouro Nacional.

A maior parte da explicação (R\$ 1 bilhão, ou 51%) está na folha de pagamento dos órgãos maranhenses. O salário dos juízes e desembargadores, que não pode ultrapassar o que um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) recebe por mês — R\$ 39.293,32 na época — é turbinado por auxílios, férias vendidas, folgas remuneradas e benefícios criados e aprovados pela própria categoria. Como o Estadão mostrou, uma série de penduricalhos nasce sem aprovação do Legislativo e cria uma elite do funcionalismo.

PENDURICALHOS. Só no mês de julho de 2022, 326 juízes do Maranhão receberam acima do teto constitucional, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse grupo representa 96% de todos os magistrados da folha salarial do órgão maranhense. Em um único mês, 23 deles receberam mais de R\$ 70 mil. Em vários casos, não é possível saber qual a natureza do benefício, pois o órgão informa o pagamento como “detalhe” ou “outra” indenização, sem especificar do que se trata na folha de pagamento que é divulgada.

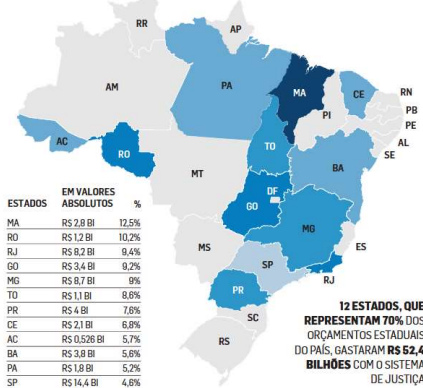
VALORES

Maranhão foi o Estado que mais gastou com instituições de Justiça em 2022

Gastos dos Estados com o sistema de Justiça - 2022

EM PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL

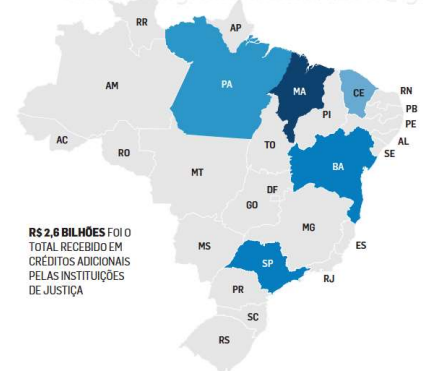
0 A 6% 5,1 A 7% 7,1 A 9% 9,1 A 12% >12%



Estados em que as instituições de Justiça mais receberam créditos adicionais - 2022

EM MILHÕES DE REAIS (VALORES ABSOLUTOS)

0 A 200 201 A 500 501 A 600 >600



OBS: INFORMAÇÕES OBTIDAS VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, SICINF/TESEURO NACIONAL E PORTAIS DA TRANSPARENCIA

FONTE: PLATAFORMA JUSTA | INFOGRÁFICO: ESTADÃO

“Temos um custo exacerbado com o sistema de Justiça que precisa ser revisto. É de se perguntar se, em vez de investir tanto recurso na resolução de conflito, não seria melhor

repartir esse recurso na origem, no diagnóstico e na prevenção do conflito, como é o caso da segurança pública”, disse a diretora executiva da Justa, Luciana Zaffalon.

ESTRUTURA. O sistema de Justiça no Brasil é formado pelo Poder Judiciário, que julga as leis, os políticos e os conflitos envolvendo a sociedade; pelo Ministério Público, responsável pela fiscalização do processo; e pela Defensoria Pública, que defende os cidadãos que não têm acesso à Justiça e processa o governo quando o Estado não faz sua parte em áreas como educação, saúde e habitação. As categorias dessas instituições, no entanto, têm tido acesso a benefícios que não estão acessíveis para outros trabalhadores ou até mesmo para outros servidores públicos.

Levantamento do Tesouro revelou que o Brasil é um dos países que mais gastam com Judiciário no mundo. Os “penduricalhos” têm levantado questionamentos por contrariar três princípios da Constituição: a existência de um subsídio que não pode ser reduzido, mas que deveria ser o suficiente; o teto constitucional, que limita o salário à remuneração de um ministro do STF; e a necessidade de aprovação legislativa para novos privilégios.

ADICIONAL. O levantamento da Justa também revela que foram distribuídos R\$ 2,6 bilhões em aumento de despesas para os órgãos de Justiça ao longo do ano sem aprovação das Assembleias Legislativas. Isso acontece quando o governo resolve aumentar as despesas de determinado órgão no meio do ano e alega que o orçamento aprovado pela Assembleia, geralmente no ano anterior, não foi suficiente. É o chamado crédito adicional.

Nos Estados, os deputados estaduais têm deixado uma margem nas leis orçamentárias autorizando o governo a aumentar despesas e abrir créditos adicionais sem aprovação do Legislativo. “Na prática, o Legislativo está dando um cheque em branco para que os governos estaduais distribuam mais dinheiro sem que ninguém veja para as únicas instituições que têm poder para responsabilizá-los pelos seus atos. Isso coloca por terra os freios e contrapesos. O desenho compromete qualquer capacidade de responsabilização por ações e omissões do Estado”, afirmou Luciana. ●